EDUCAÇÃO PARA PREVENÇÃO DE RISCOS E DESASTRES: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL¹

Luciana Fernandes Miguel do Rosario²

Prof^a Dr^a Regina Panceri³

Resumo: Neste artigo promove-se uma reflexão sobre as contribuições do Serviço Social na educação para prevenção de riscos de desastres, mediante um estudo de natureza bibliográfica, buscando uma aproximação com a realidade pesquisada, considerando a experiência do estágio curricular em Serviço Social vivenciado junto a Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. Justifica-se a escolha do tema pela relevante atuação do assistente social na educação para prevenção de riscos e desastres tanto quanto na resposta e recuperação. Com esta reflexão buscou-se compreender as contribuições do assistente social no campo de atuação da educação para prevenção de riscos e desastres e as interlocuções do serviço social na gestão de riscos e desastres. Para tanto, a pesquisa pautou-se na Lei de Diretrizes de Bases da Educação e na política Nacional de Proteção e Defesa Civil bem como em outros autores. Deste modo torna-se necessário incluir os desastres como um campo de estudo e atuação do Serviço Social antes da ocorrência (prevenção e preparação) para minimizar os riscos, durante o evento (resposta) para gerenciar os danos e posterior ao desastre (recuperação) para restaurar o bem-estar da população afetada.

Palavras-chave: Educação - Defesa Civil - Serviço Social - Prevenção Riscos e Desastres.

Abstract: This article promotes a reflection on the contributions of Social Work in education for disaster risk prevention, by means of a bibliographic study, seeking an approximation with the researched reality, considering the experience of the curricular internship in Social Work lived with Civil Defense of the State of Santa Catarina. The choice of the theme is justified by the relevant role of the social worker in education for risk and disaster prevention as well as in emergency response and recovery. This reflection sought to understand the contributions of the social worker in the field of education for risk and disaster prevention education, and the interlocutions of the social service in risk and disaster management. To this purpose, the research was based on the Law of Basic Education Guidelines and the National Policy of Protection and Civil Defense as well as other authors. Thus, it is necessary to include disasters as a field of study and action of Social Work before occurrence (prevention and preparedness)

---

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Serviço Social da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

² Pedagoga, Universidade do Vale do Itajaí, acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça/Santa Catarina, Brasil. E-mail: lumiguel.rosario@gmail.com

³ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Professora e Orientadora da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: reginapanceri@gmail.com

to minimize risks, during the event (response) to deal with damage and post-disaster (recovery) and to restore the welfare of the affected population.

Keywords: Education – Civil Defense – Social Work – Risk and Disaster Prevention.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a proteção se tornou central na gestão de riscos de desastres proposta pela recente Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012). A nova Lei reitera a importância de se desenvolver consciência nacional acerca dos riscos de desastres e alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) indicando a inclusão de princípios da proteção e defesa civil nos currículos do ensino fundamental e médio.

Essa alteração foi o marco para o desenvolvimento do projeto Defesa Civil na Escola e um dos elementos norteadores para o envolvimento da acadêmica com o tema da educação para a prevenção de desastres naturais, um campo interdisciplinar no qual foi possível transitar da pedagogia para o serviço social pela interdisciplinaridade da educação.

A educação é um processo universal e dinâmico, que para ser compreendido precisa estar relacionada com o contexto econômico, social e cultural. Este saber pode ser adquirido nos diversos espaços onde há apropriação da cultura e de práticas sociais. A escola é um desses espaços onde o conhecimento, considerado a matéria-prima da educação escolar, desenvolve-se de forma sistematizada.

Considera-se importante refletir sobre a presença da escola na sociedade, sabendo que ela se destina à promoção do homem em sua integralidade. Pretende-se uma escola capaz de trabalhar um currículo significativo, preparada para que o ensino e a aprendizagem de fato se efetivem. Assim, a educação é compreendida como instrumento a serviço da democratização, contribuindo pelas vivências comunitárias dos grupos sociais, no diálogo, para formar pessoas participantes e atuantes onde estiverem inseridas. A reforma da educação e a reforma da sociedade andam juntas, sendo parte do mesmo processo.

Concorda-se com Simionatto (1995), quando ressalta que educadores e assistentes sociais são profissionais que compartilham desafios semelhantes, ambos têm na escola seu ponto de encontro. Dentre desses possíveis espaços de atuação profissional apresenta-se como ponto fundamental no contexto da profissão a dimensão educativa, procurando direcionar o processo de trabalho do assistente social através de ações interdisciplinares de orientação e informação, incentivando gestões participativas e contribuindo para a construção de novos indivíduos.

O perfil que o assistente social possui na atualidade é uma soma das experiências que outros profissionais das áreas absorveram ao longo de pouco mais de um século. Hoje, o assistente social modifica a sua forma de atuação profissional, levando em consideração a demanda que lhe é colocada e a necessidade de responder às exigências e às contradições da sociedade contemporânea.

A relação entre Serviço Social e desastres está, muitas vezes, restrita ao campo da intervenção do profissional junto à população atingida. No entanto, além de atuar na mitigação das necessidades imediatas da população, o assistente social tem capacidade operativa para atuar na articulação entre as redes de apoio social.

A prática profissional desenvolvida pelo assistente social tem se deparado com alguns desafios decorrentes do aprofundamento das expressões da questão social, a qual vem se intensificando devido a efetivação da política neoliberal, que tem como escopo primordial a desobrigação do Estado no tocante a execução das políticas públicas. Assim sendo, merece ser ressaltado que o Estado não se desobriga totalmente de suas atribuições, tendo em vista estas estarem determinadas na Constituição Federal Brasileira. Entretanto, tal estado minimiza a sua participação na execução dessas políticas, passando a desenvolvê-las de forma pontual, seletiva, excludente e fragmentada, procurando conter os problemas e não os combater de forma eficiente e necessária.

Como objetivo geral deste estudo pretende-se apresentar as contribuições do Serviço Social na educação para prevenção de desastres e a interlocução entre as políticas de proteção e defesa civil e a política de assistência social. Para tanto aponta-se as contribuições do assistente social no campo de atuação da educação para prevenção de riscos e desastres e as interlocuções do serviço social na gestão de riscos e desastres.

O presente artigo justifica-se pela relevante atuação do assistente social na gestão de riscos e desastres tanto na educação para prevenção quanto na resposta e recuperação a qual é de fundamental importância no contexto de desastre devido ao impacto para sociedade e para o indivíduo, o que demanda uma atuação antes da ocorrência (prevenção e preparação) para minimizar os riscos, durante o evento (resposta) para gerenciar os danos e posterior ao desastre (recuperação) para restaurar o bem-estar da população afetada.

Para a organização textual e metodológica optou-se pela abordagem qualitativa, e descritiva, pois relatou os princípios teóricos, metodológicos e técnicos relativos à gestão de risco de desastre. Também quanto aos objetivos tratou-se de um estudo exploratório, no sentido da identificação das necessidades de atuação do assistente social no contexto de desastre conforme marcos regulatórios nacionais e internacionais. Exploratória também na reflexão

sobre conceito de rede de articulação no contexto de desastres fundamentada nos princípios da intersectorialidade. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi documental, pois analisou a revisão dos marcos regulatórios da política pública vinculada ao desastre e foi uma pesquisa bibliográfica, pois aprofundou-se o referencial teórico sobre o tema, desenvolvendo-se a temática de Serviço Social no contexto da gestão de risco e desastre como um campo de atuação compartilhada.

O presente artigo faz parte dos processos subjetivos constituídos e constituintes dos cenários sociais, com um posicionamento sobre a qualidade do fenômeno em questão. Não significa excluir seus aspectos quantitativos, não se reduz a avaliação de um fenômeno a partir da sua frequência de ocorrência, mas, ao contrário, compreende-se o objeto em função de sua natureza complexa.

Em seguida o artigo abordará o Serviço Social e a Educação para Prevenção, explanando a inserção do profissional nesse novo campo de atuação. Na sequência irá tratar da política pública que norteia o tema em questão, o processo de trabalho do assistente social na educação para prevenção, a atuação compartilhada e o programa defesa civil na escola e por fim as considerações finais, destacando a importância do Assistente Social nesse novo campo de atuação ligado a Defesa Civil e Educação para prevenção de riscos e desastres.

2 SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO PARA PREVENÇÃO

Para explicar sobre o processo de inserção do Assistente Social neste novo campo de trabalho, o da educação para prevenção de riscos e desastres, é preciso levar em consideração que o exercício profissional não pode ser analisado isoladamente. De acordo com Faleiros (2010), o entendimento da competência profissional perpassa pelas dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, incorporando igualmente a um projeto ético-político na busca da qualificação das ações, que irão proporcionar ao usuário um atendimento adequado.

As contradições, inerentes as expressões da questão social, encontra importante espaço para intervenções do exercício profissional, sendo primordial estabelecer um contínuo repensar dos saberes e práticas, amparadas nas mudanças sociais constantes, bem como um agir competente, com atitudes críticas, investigativas e de compreensão da realidade.

Os discursos dos profissionais envolvidos na temática evidenciam que a noção e compreensão de prevenção a riscos e desastres engloba o exercício de uma pedagogia social,

promovendo a alteração do comportamento das comunidades envolvidas, tendo em vista a diminuição de riscos adicionais para os indivíduos e conseqüentemente para a comunidade.

Nessa perspectiva vale ressaltar a importância do Assistente Social que com o reconhecimento e ampliação do campo de atuação, vem se exigindo cada vez mais um profissional comprometido com sua ação, capacitado, que busca novos conhecimentos, atualizando-se constantemente para melhor compreensão da realidade de modo a intervir por meio de métodos, técnicas e instrumentos, que lhe possibilite uma visão de totalidade (CARDOSO, 2013).

O Serviço Social é uma profissão que possui o seu Código de Ética Profissional, tendo como valor central a liberdade, o qual norteia os outros onze princípios, como a democracia, autonomia, equidade e justiça social, pluralismo e outros.

O Código de Ética do Assistente Social (2011, p. 19) diz:

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou, no Brasil, um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

O Assistente Social com toda essa bagagem teórica adquirida desde seu surgimento e aperfeiçoada com as transformações ocorridas no decorrer dos anos, revela-se um profissional que vem conquistando cada vez mais espaços para atuação, um deles aqui destacado na Defesa Civil/ educação para prevenção de riscos e desastres.

Profissional qualificado, de caráter sócio-político, crítico e interventivo, cujo objetivo de intervenção são as expressões múltiplas da questão social. Com atuação investigativa, através de pesquisa e análise da realidade social, atua na formulação, execução e avaliação de serviços, programas e políticas sociais visando à efetivação, defesa e ampliação dos direitos humanos e a justiça social.

A prevenção trata de desenvolver ações firmadas em princípios éticos e direcionadas para o desenvolvimento humano, o que reitera a necessidade do trabalho profissional do Serviço Social nessa construção, tornando-se essencial a compreensão que vai para além da imediatividade do real e que busca entender que a problemática que envolve os desastres é também uma expressão da questão, havendo a necessidade de uma intervenção que considere a complexidade das dimensões envolvidas.

Trata-se efetivamente de buscar articular esforços para ações, a partir do entendimento de que a responsabilidade na prevenção a riscos e desastres deve ser entendida com vistas a

intersectorialidade. Sendo assim, compartilhar responsabilidades é estabelecer parcerias para o alcance de um objetivo comum. É desenvolver estratégias, partindo da concepção de que diante da problemática envolvida, os resultados são efetivos somente na medida em que contemplem as múltiplas dimensões da prevenção. Destaca-se que a prevenção deve ser entendida como o processo participativo e político de reflexão acerca dos riscos e desastres envolvidos.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional,

As ações de redução de desastres se dão com a diminuição da ocorrência e intensidade dos mesmos, estando interligada com a prevenção, preparação, resposta e reconstrução. A prevenção é a primeira fase para a redução dos riscos, que visa fazer uma avaliação para evitar que isto aconteça (BRASIL, 2007).

Em Santa Catarina, este cenário de emergências e desastres é um foco de atuação permanente, avaliado a nível nacional, devido seu histórico de grandes enchentes no decorrer de sua história,

É com suas intervenções individuais e coletivas que o Assistente Social deve se inserir, contribuindo com seu trabalho junto às políticas públicas, para assim lidar de forma eficaz com as situações (LOPES, 2009, p.69).

Nesta área de atuação, o assistente social está inserido nas equipes da Defesa Civil, como gerentes, ou como cedidos de outros órgãos, sua inserção é importante para ampliar a prestação de serviços à comunidade, contribuindo tanto para atuação na prevenção, mitigação, preparação ou resposta aos desastres.

O assistente social, por sua vez, atuará, dentro do Código Ético da profissão, com objetivo do desenvolvimento local de uma sociedade igualitária, utilizando das políticas públicas para o alcance destes fins.

2.1 POLÍTICA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E A DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA

O atual marco regulatório do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) é recente e complexo, compreendendo uma série de leis, decretos e instruções normativas que versam sobre as atribuições do SINPDEC e da PNPDEC. Dentre os quais, destacam-se: o Decreto nº 7.257 e a Lei Nº 12.340, ambas de 2010; a Lei nº 12.608 e Instrução Normativa nº 02, de 2016 e a Lei nº 12.983 de 2014.

No presente estudo a atenção se voltará especialmente para a Lei nº12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e sobre o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC), além de autorizar a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. Há de se salientar que a atualização da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil foi impulsionada sobremaneira pelos desastres ocorridos em Santa Catarina em 2008, e na região serrana do Rio de Janeiro em 2011, cuja comoção nacional e posterior pressão pública forçaram uma resposta institucional mais concisa do Estado.

Mesmo que formalmente, a última versão da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil trouxe avanços em relação as suas antecessoras, faz-se necessário estabelecer uma relação com outras políticas públicas como as de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, gestão de recursos hídricos, educação, assistência social, entre outras (BRASIL, 2012).

A Lei 12.608 de 2012 ainda sinaliza um reconhecimento de que as questões concernentes aos desastres são demasiado complexas e multifacetadas, compreendendo várias esferas da vida social, econômica e política, e precisam ser pensadas de maneira integrada. A atenção dispensada às ações preventivas sinaliza um esforço de modificação nas estratégias de gerenciamento de riscos e de desastres, ainda que as medidas de resposta e recuperação, historicamente marcadas como áreas de maior atuação da defesa civil, persistam como maioria nas atividades da defesa civil.

As leis e os demais documentos que regulamentam a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil objetivam promover a organização e atenção das áreas de risco, a fim de propiciar à população residente nessas localidades, a manutenção de seus laços culturais e o gozo dos direitos fundamentais à vida, a integridade física e à moradia.

A vulnerabilidade das áreas de risco tem aumentado e a adoção de medidas estruturais não é suficiente para proporcionar o uso habitacional seguro, razão pela qual, em casos mais graves se faz necessária a realocação da população dessas localidades para outros bairros. Contudo, a PNPDEC (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil) visa promover a sustentabilidade nas áreas de risco por meio de medidas preventivas estruturais, de participação social e de geração de emprego e renda. Assim sendo, o reconhecimento da vulnerabilidade de algumas áreas é fundamental para a promoção de cidades resilientes, de modo que ao evacuar as áreas de alto risco se evita a concretização de futuros danos e promove maior segurança à população (OLIVEIRA, 1995).

A Política Nacional de Proteção e Defesa civil prevê que (BRASIL, 2012):

Art. 20 É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.

[...]

Art. 4º São diretrizes da PNPDEC:

[...]

III - a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;

VI - participação da sociedade civil. Art. 5º São objetivos da PNPDEC:

[...]

XIV - orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção;

Art. 9º Compete à União, aos Estados e aos Municípios:

I - Desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;

II - Estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres.

[...]

IV - Estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;

V - Oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil.

Na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), tem-se que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

À Defesa Civil de Santa Catarina compete, dentre outras atividades, atuar em ações educativas. Dessa forma, o Programa Defesa Civil na Escola é uma proposta da Defesa Civil, em consonância com a política Nacional de Proteção e Defesa Civil, que estabelece entre outros objetivos a prioridade de ações preventivas, relacionadas a minimização de riscos e desastres em conjunto com a sociedade civil.

Diante disso, para fundamentar o trabalho de temas transversais e interdisciplinares nas instituições de ensino, deve-se mencionar as leis que amparam juridicamente o proposto, pois o currículo deve estar baseado, regulamentado, exemplo disso é a Lei de Diretrizes e Bases e a própria Constituição, assim como o regulamento da Política Nacional de Proteção e Defesa

Civil nas Escolas, sendo este um documento elaborado em parceria com as mais diversas instituições. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

[...] § 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando, desse modo o princípio da base nacional comum - Parâmetros Curriculares Nacionais, a ser complementada por parte diversificada em cada sistema de ensino e a escola na prática.

Dessa forma, salienta-se que sendo a educação uma política pública de direito constitucional, este, portanto, deve ser garantido não somente com a democratização do acesso do sujeito a educação, mas sobretudo a qualidade do ensino, a fim de promover o crescimento do indivíduo como um todo. Nesse contexto cabe ao assistente social, por meio de sua prática, ampliar e contribuir para sua garantia. Garantia essa de tornar as escolas preparadas para uma educação de prevenção de riscos e desastres naturais.

2.2 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PARA PREVENÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

A reorganização dos processos de trabalho das políticas públicas dá origem a novas formas de inserção do profissional de Serviço Social nos espaços sócio ocupacionais, exigindo dele novas competências de atuação.

Em consonância com a finalidade da profissão, os Assistentes Sociais têm um perfil articulador, acolhedor e propositivo que lhes possibilita participar, muitas vezes, de equipes multidisciplinares, como coordenadores, dirigentes de grupos ou de projetos. O exercício profissional realiza-se por meio de atividades de planejamento e de assessoria, de gestão e execução de projetos sociais junto a indivíduos, grupos, comunidades, populações, bem como na formulação, implementação, supervisão e avaliação de planos, programas e projetos sociais (SILVA, 2007, p.22)

Entende-se que, tendo como objeto as múltiplas faces das manifestações sociais expressas na sociedade, o Serviço Social busca contribuir para a alteração e transformação da

questão social e da sociedade como um todo. Utiliza instrumentos de trabalho coerentes com a sua finalidade, a cidadania dos sujeitos. O assistente social desempenha suas funções nas diversas áreas, tais como saúde, judiciário, educação, habitação, empresas, políticas públicas, executando o seu trabalho com uma atitude investigativa, por meio de pesquisas, em diferentes graus de complexidade.

O processo de trabalho do Assistente Social também introduz ações para estabelecer parcerias, vínculos e redes de apoio, fortalecendo e ampliando os canais de acesso aos direitos. Trata-se de uma forma de trabalhar com o reconhecimento das forças internas e externas que envolvem e interferem nas relações dos sujeitos, permitindo a atenção aos seus aspectos coletivos, contudo, sem perder de vista a sua dimensão individual. Desta forma, o fazer profissional do Assistente Social supõe uma ação reflexiva e dialógica envolvendo os diversos participantes e cenários presentes no contexto social (BARROCO, 2001).

Ressalta-se a importância de que o entendimento profissional sobre a gestão de riscos e de desastres, as demandas trazidas a partir deste contexto ao assistente social e a inserção do profissional na Defesa Civil, possam ser deslocadas de seu caráter imediatista, residual e emergencial para uma análise que possibilite a crítica que tal fenômeno revela. A prática profissional é desafiada a construção de uma ação livre no âmbito da gestão dos desastres.

Mais do que em qualquer outra época, os assistentes sociais são convocados a registrarem a sua contribuição no âmbito das questões de riscos e desastres, tanto no plano teórico quanto na intervenção cotidiana. Nesse contexto, a atuação do assistente social na área de Gestão de Riscos e Desastres com ações sustentadas nos eixos teórico-metodológicos, ético político e técnico operativo, em que o projeto ético político do Serviço Social constitui ferramenta essencial a todos os profissionais que buscam qualidade e diferencial, deve ter como perspectiva o fortalecimento da articulação,

Os movimentos sociais e da reflexão no âmbito da formação e do exercício profissional quanto à necessidade histórica da luta pelo direito ao meio ambiente e o compromisso com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora (CFESS, 2011, p.17)

É preciso que os assistentes sociais se apropriem desse novo campo de trabalho. No entanto, embora o terreno pareça promissor, em um espaço como o da Gestão de Riscos e Desastres, o assistente social precisa munir-se de recursos, instrumentos, e ferramentas que demonstrem a efetividade desta intervenção.

De acordo com a finalidade da profissão, os Assistentes Sociais têm um perfil articulador, acolhedor e propositivo que lhes possibilita participar, muitas vezes, de equipes multidisciplinares, como coordenadores, dirigentes, gestores de grupos ou projetos de trabalho. O exercício profissional, segundo estabelece o código de ética do assistente social, realiza-se por meio de atividades de planejamento e de assessoria, de gestão e execução de projetos sociais junto a indivíduos, comunidades, grupos dentre outros. Bem como na formulação, implantação, supervisão e avaliação de planos, programas e projetos sociais.

A atuação do Serviço Social organizacional centraliza-se na sua finalidade e não no instrumental em si, mas, evidentemente, há necessidade de ocorrência entre definição e a escolha dos instrumentos, das técnicas e do conjunto de procedimentos do processo de trabalho do Assistente Social. Sua atuação se ampliou à medida que trouxe para si o atributo da produção de conhecimento sobre o objeto e a ação incidente sobre ele. Ambos os aspectos trazem maiores possibilidades e dão visibilidade a ação do profissional (SILVA, 2007).

Mas também se faz necessário estabelecer parcerias, vínculos e redes de apoio, fortalecendo e ampliando os canais de acesso aos direitos. O resgate da participação do indivíduo e dos grupos na vida social ou na vida organizacional é característica presente em todas as etapas do processo, tornando-se importante para a capacitação, a autonomia e a realização dos objetivos. Trata-se de uma forma de trabalhar com o reconhecimento das forças internas e externas que envolvem e interferem, nas relações dos sujeitos, permitindo a atenção aos seus aspectos coletivos, sem perder de vista a sua dimensão individual. Contudo, o fazer profissional do Assistente Social neste campo requer uma ação reflexiva e dialógica envolvendo os diversos atores e cenários presentes no contexto social.

Neste sentido destaca-se que o Serviço Social no âmbito da educação vem desenvolvendo uma prática de suma importância para efetivação de direitos. Somente através de mobilizações, discussões, organizações e luta diária irá se construir uma prática educacional voltada para buscar mudanças na atual conjuntura presente nas escolas.

2.3 SERVIÇO SOCIAL CAMPO DE ATUAÇÃO COMPARTILHADA

O Serviço Social é uma profissão dinâmica que teve seus fundamentos estruturados no final do século XIX, sendo que tanto na Europa, quanto nos EUA, na América Latina e no Brasil foram desenvolvidos esforços no sentido de viabilizar a profissionalização do Serviço Social.

O perfil que o assistente social possui na atualidade é uma soma das experiências que outros profissionais das áreas absorveram ao longo de pouco mais de um século. Hoje, o

assistente social modifica a sua forma de atuação profissional, levando em consideração a demanda que lhe é colocada e a necessidade de responder às exigências e às contradições da sociedade capitalista.

Segundo Yamamoto (2003, p. 20-21):

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente, é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo [...]. Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do Assistente Social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas as mais diversas; ao cumprimento burocrático de atividades preestabelecidas. Já o exercício profissional é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

O exercício profissional consiste na ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais, ir além das rotinas e apreender o movimento da realidade, detectar tendências e possibilidades.

Nesse cenário, destaca-se a importância do trabalho do assistente social na Defesa Civil de Santa Catarina.

Por intermédio desta categoria é possível estabelecer mediações sobre a profissão enquanto um agrupamento de pessoas que se auto referem e são referidas enquanto tais, mesmo mantendo uma multiplicidade de fazeres e lugares de atuação complexos, diferenciados e tão plurais como a própria sociedade. (GENTILLI, 1994,p.88-87)

A prática do Serviço Social pode ser implementada baseadas em suas atribuições de acordo com as necessidades da Defesa Civil:

- Elaboração e desenvolvimento de ações que contribuam na ampliação da percepção de risco, através da realização de ações informativas, visando à formação local na prevenção e redução dos fatores de risco;
- Realização do cadastro sócio econômico das famílias assistidas pela Defesa Civil, nos períodos de normalidade e anormalidade;
- Estabelecimento de mediações entre os diversos setores envolvidos na gestão de controle de risco e prestação de assistência as pessoas afetadas por desastre;

- Elaboração de relatórios e pareceres sociais, para instrumentalizar e encaminhar as ações da Defesa Civil;
- Desenvolvimento das ações emergenciais de Assistência Social, junto a sociedade, conforme definição dos Planos de Contingência;
- Realização de visitas domiciliares, em áreas com famílias em situação de risco, abordar, sensibilizar e negociar, em caso de remoção;
- Acompanhamento das famílias beneficiadas pelos programas sociais gerenciados pela Defesa Civil;
- Atuação em situações de emergência dentro das atribuições da Defesa Civil;
- Elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas;

O processo de trabalho do assistente social desenvolve-se a partir do desempenho de múltiplas atividades geradas a partir das situações de normalidade ou anormalidade da população.

Esse processo se viabiliza por meio de funções de manejo das normas institucionais, burocráticas e sociais, para operar as demandas cotidianas por equidade e justiça social que os usuários institucionais apresentam ao profissional. Realiza-se por meio de orientações, informações ou esclarecimentos diversos em relação a direitos, normas institucionais, comportamentos etc. (GENTILLI, 1994, p.38)

O Serviço Social e seu conjunto de práticas profissionais inseridas na Defesa Civil, ganha cada vez mais espaço, tanto no trato das questões relacionadas a riscos e emergências de desastres, quanto no atendimento direto a população.

A partir da prática educativa destes profissionais pode-se observar um diferencial no tratamento que envolve as questões de risco e desastre. Compreender o aspecto pedagógico desta prática do Assistente Social nos leva a:

O Assistente Social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa” nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através dos serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente [...] Ele intermedeia as relações entre instituição e “clientela”, articula a população aos órgãos em que trabalha (IAMAMOTO, 2003, p. 40).

Em meio as atividades da Defesa Civil, o assistente social deve ser crítico e ter capacitação contínua, devido a necessidade de construções inovadoras dentro da prática profissional. A Defesa Civil no Brasil, e em Santa Catarina é um campo novo, com grande

necessidade de profissionais preparados para lidar com situações diversas e relacionadas com as múltiplas faces dos desastres.

Para a compreensão do campo das emergências e desastres, pode-se comparar as definições consolidadas no texto de referência da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil – CNPDC (2014) e na Instrução Normativa 02/2016, que estabeleceram:

Tabela 1: comparativo entre CNPDC e Instrução Normativa

	2* Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil – 2014	Instrução Normativa n 02/2016
DESASTRE	Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais, com consequentes prejuízos econômicos e sociais.	É o resultado de eventos adversos, naturais, tecnológicos ou de origem antrópica, sobre um cenário vulnerável, exposto a ameaça, causando danos humanos, materiais, ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.
INTENSIDADE	Depende da interação entre a magnitude do evento adverso e a vulnerabilidade do sistema, e é quantificada em função de danos e prejuízos.	São classificados em (pequena – média – grande).
RISCO	Medida de danos ou prejuízos potenciais. É a relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinados se concretize, com o grau de vulnerabilidade	É o potencial de ocorrência de evento adverso sob um cenário vulnerável.

	do sistema receptor a seus efeitos.	
DANO	Medida que define a intensidade ou severidade da lesão resultante de um acidente ou evento adverso.	São resultados das perdas humanas, materiais ou ambientais infligidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e aos ecossistemas, como consequência de um desastre.
VULNERABILIDADE	Relação existente entre a magnitude da ameaça, caso ela se concretize, e a intensidade do dano consequente.	É a exposição socioeconômica ou ambiental de um cenário sujeito à ameaça do impacto de um evento adverso natural, tecnológico ou de origem antrópica.
AMEAÇA	Estimativa de ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressam termos de probabilidade estatística de concretização do evento e da provável magnitude de sua manifestação.	É um evento em potencial, natural, tecnológico ou de origem antrópica, com elevada possibilidade de causar danos humanos, materiais e ambientais e perdas socioeconômicas públicas e privadas.

Fonte: da autora.

Desse modo, quando se observam as estatísticas sobre esses eventos no cenário nacional, percebe-se em que medida os termos desastre, intensidade, risco, dano, vulnerabilidade e ameaça se inter-relacionam.

A atuação do Assistente Social nesse campo das situações de riscos e desastres é recente e derivada de uma demanda e reivindicação das próprias comunidades que sofrem

frequentemente com a ocorrência desses eventos. Sendo assim, é importante que o assistente social, como um profissional ligado as questões humanas, atue em situações de riscos e desastres dentro das equipes multiprofissionais, trazendo para o planejamento das ações e processos de tomadas de decisões, os indivíduos das comunidades ou de áreas de risco e os afetados por desastres.

Nesse sentido, destaca-se como um dos desafios a ser compreendido pelo Serviço Social a articulação do conhecimento da conjuntura atual. Desta forma, o profissional busca meios de incluir a comunidade nessa compreensão e interação com a realidade.

2.4 PROGRAMA DEFESA CIVIL NA ESCOLA: ARTICULAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E A INTERVENÇÃO SOCIAL

A cada dia depara-se com mais frequência com notícias que dão conta de desastres ao redor do mundo. No Brasil, que pouco é afetado por desastres como maremotos, terremotos, tufões e tornados, tem sofrido as consequências de mudanças climáticas e tem registrado em seu território ocorrências como enchentes de grandes proporções, que causam não só perdas materiais, mas resultam em mortes e em famílias desabrigadas.

A Defesa Civil de Santa Catarina, em consonância com as estratégias internacionais para a redução de desastres, busca incentivar o corpo docente para juntar forças na promoção da minimização dos desastres, pois considera que o caminho para a implementação de ações de prevenção que reduzam as vulnerabilidades começa na escola.

Durante a Conferência Mundial sobre Redução de Desastres, realizada em janeiro de 2005 em Kobe, Japão, o Brasil foi signatário, junto com 167 países, na promoção de ações para 2005-2015 que aumentem a resiliência das nações e comunidades frente aos desastres. Desta forma, a ONU por meio da EIRD - Estratégia Internacional para Redução de Desastres - iniciou uma campanha mundial tendo como lema “a redução de desastres começa na escola”, para o período de 2006-2007. É um grande esforço mundial para incentivar as escolas juntarem forças na promoção de minimização dos desastres.

Desta forma a Defesa Civil catarinense tem um importante papel que é atuar como agente motivador na realização de atividades voltadas para a conscientização dos diferentes problemas socioambientais que potencializam eventos danosos. No ano de 2013, na Defesa Civil, deu-se início ao Programa piloto Defesa Civil na Escola, inicialmente desenvolvido de maneira colaborativa por três coordenadores regionais de Defesa Civil, das Regionais de Criciúma, Rio do Sul e Xanxerê.

Com o passar do tempo e aplicabilidade do programa junto as escolas estaduais e municipais, o projeto sofreu alterações para melhor atender seus participantes, com objetivo de levar a educação preventiva e a autoproteção aos envolvidos e suas comunidades.

Em 2018 visando uma reestruturação, o programa passou por uma sistematização para facilitar aos colaboradores que desejarem desenvolver o programa em parceria com as instituições de ensino.

O programa “Defesa Civil Na Escola” caminha ao encontro da proposta curricular do Estado de Santa Catarina, no âmbito da Educação, que tem como eixos fundamentais a concepção do ser humano entendido como social e histórico, e a concepção de aprendizagem pautada na teoria histórico-cultural, ou sócio histórica, ou ainda sociointeracionista.

O referencial mencionado compreende as crianças e adolescentes catarinenses como sujeitos de sua própria história. Sujeitos que passam a olhar com nova interpretação de seu passado histórico, reconstruindo conceitos que revelam suas ações com o meio ambiente, ocupação e uso do solo, bem como suas relações interpessoais.

O Programa Defesa Civil na Escola e a educação são peças fundamentais para reduzir riscos e prevenir desastres. As pessoas devem saber como se prevenir ou o que fazer frente uma situação de desastre, como podem contribuir para que a comunidade a qual estão inseridos seja preventiva na educação para prevenção de desastres.

A implementação do Programa Defesa Civil na Escola deve respeitar a cultura local, a tecnologia disponível, a linguagem e o nível de instrução da população local envolvida. É necessário investir na sensibilização dos alunos e da comunidade local em relação ao programa, no relacionamento com a Defesa Civil local, agências de apoio, atuando no foco que é a prevenção, preparação e assistência.

A educação é de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade e é através dela que um país pode alcançar as transformações sociais necessárias. Nesse sentido, é interessante analisar que “[...] os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25), assim, torna-se necessário que se tenha um entendimento sobre os aspectos da educação escolar atual considerando, como parte importante nesse estudo, a influência dos problemas sociais na vida dos estudantes.

A escola é um espaço institucional e legítimo de promoção da educação, e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a educação deve estar vinculada “ao mundo do trabalho e a prática social”, ressaltando, também, que o artigo 1º estabelece que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

No âmbito do Programa Defesa Civil na Escola o papel de ação do Assistente Social na Defesa Civil se dá no sentido de formular propostas e estratégias para que os sujeitos sejam capacitados e tornem-se autônomos e multiplicadores frente aos problemas causados pelos desastres.

A partir do reconhecimento de que os desastres se compõem como processos sociais, e em vista da situação de emergência muitas vezes ocorrida em determinadas cidades do estado, pode-se verificar que a prevenção ao risco deve ser trabalhada e incorporada na vida cotidiana dos indivíduos.

Atualmente, torna-se imperioso que tal paradigma seja substituído pela ideia da concepção social de desastre, na qual os desastres são os produtos de uma combinação particular entre ameaças e vulnerabilidades da sociedade; o que implica, na maioria dos casos, que são as condições sociais de existência de uma população que determinam fortemente o nível de destruição ou de interrupção de serviços essenciais numa sociedade. Nessa nova perspectiva, os desastres são o produto de processos de transformação e crescimento da sociedade, que não garantem uma adequada relação com o ambiente natural e o construído que lhe dá sustento. (LAVELL, 2000, p.20)

Nesse contexto, as instituições de ensino junto com a Defesa Civil focalizam seus esforços no programa Defesa Civil na Escola, visando provocar mudanças de atitude e de comportamento, no sentido de aumentar a autoproteção. Assim, constata-se que esse modelo de educação para a prevenção, atrelado ao desenvolvimento socioeconômico, juntamente com o auxílio do assistente social, está ampliando a prevenção aos riscos e desastres nas regiões em que acontecem o programa.

A dimensão educativa presente na atuação do Assistente Social na Defesa Civil faz deste profissional um agente de mudanças que vem ampliando sua intervenção e se volta também para um aspecto preventivo. Assim como nas demais áreas de atuação, o desafio também se faz presente na gestão de riscos e de desastres.

Habilidade de interpretar uma situação de potencial danos à saúde ou a vida da pessoa, ou de terceiros, baseada em experiências anteriores e sua extrapolação para um momento futuro, habilidade esta que varia de uma vaga opinião a uma firme convicção. (WIEDEMANN, 1993, p.73)

As ações educativas da Defesa Civil nas escolas se respaldam em métodos que gerem o protagonismo juvenil e as intervenções educativas na comunidade objetivam a preservação,

prevenção e a criação de projetos que contribuam, significativamente, para a melhoria da qualidade de vida. Estas propostas poderão ser iniciadas nas escolas e efetivarem seus objetivos na comunidade, proporcionando economia solidária e a geração da ética do cuidado com a população.

Evidencia-se que a atuação do assistente social na educação para prevenção de riscos e desastres contribui para a resolução de problemáticas sociais, as quais possam desdobrar-se em atendimentos sociais a alunos, famílias e a comunidade local, na realização, elaboração e implantação de projetos de cunho educativo, dentre outras atribuições.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo demonstrou que a inclusão de temas relacionados com a proteção e defesa civil no currículo escolar dos catarinenses, de acordo com a realidade em que a comunidade está inserida, se torna uma importante ação para educação para prevenção de risco de desastre. Suprir a comunidade escolar com informações sobre proteção e defesa civil, e desenvolver uma mudança cultural no que diz respeito aos desastres, diminui as vulnerabilidades e conseqüentemente aumenta a percepção de risco.

Deste modo a Defesa Civil cria um laço de confiança com os professores, alunos e demais funcionários da escola, bem como com toda a comunidade, propiciando o aumentando da percepção de risco de desastre e por conseqüência fortalecendo a resiliência local, para que assim, não sejam surpreendidos e estejam preparados para responder em caso de uma situação de emergência.

Com isso a Defesa Civil de Santa Catarina promovendo uma intervenção profissional interdisciplinar poderá contribuir com a busca de novos saberes, uma vez que, trabalhar com ações intersetoriais possibilita aos diversos profissionais que atuam com as políticas públicas ampliar seus conhecimentos e realizar mais efetivamente seu trabalho, principalmente quando se atua nas expressões da questão social, que requer do profissional de Serviço Social e dos demais profissionais uma ação articulada de forma que a população usuária tenha o seu direito viabilizado e principalmente direcionar as ações profissionais visando possibilitando o protagonismo dos sujeitos sociais.

Para fazer frente aos desafios de atuação na Defesa Civil, torna-se fundamental que haja um investimento sólido da categoria direcionado ao tema, articulando as diferentes dimensões que constituem o Serviço Social para que seja possível compreender a gestão de riscos e desastres em suas variadas formas, permeada por interesses e concepções distintas. Destaca-se

que se trata de uma profissão marcada pelo contrato direto com as classes vulneráveis, que tem como um de seus princípios fundamentais a defesa dos direitos humanos, conforme explicitado no Código de Ética vigente. A atuação de assistentes sociais na garantia de direitos se materializa por meio da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, viabilização de acesso dos usuários a estas políticas dentre outras ações.

O que se debate no Serviço Social hoje é o desenvolvimento de uma competência profissional que se fundamenta no diálogo com diversas áreas do saber, que se baseie na ética, evidenciando um espaço para reflexão, reconhecendo a instrumentalidade da profissão, no sentido de apropriar-se dos espaços institucionais de modo a concretizar suas competências específicas através de ações que caracterizem este saber profissional. Assim, refletir sobre a identidade profissional do Assistente Social requer resgates históricos e perspectivas futuras, pois ainda é um processo em construção.

Sendo assim, buscou-se refletir sobre a inserção da vulnerabilidade, da educação e da gestão dos desastres na agenda do Serviço Social. Apesar de não ser possível o aprofundamento de todos os pontos abordados, o presente estudo ressaltou a importância da atuação da profissão no atendimento as situações de emergência e na sua prevenção. Uma vez que essa atuação já se faz presente, verifica-se que a mesma tem se restringido as fases do momento do desastre e pós desastre. Precisa ser ampliada para as fases pré- desastre, principalmente no planejamento e na implementação de políticas públicas relacionadas a área. Para tanto é necessário tornar os desastres um campo de estudo do Serviço Social, tanto em nível de graduação como de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Instrução Normativa nº 2, de 20 de Dezembro de 2016**. Brasília, DF: 2016. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/>

[/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24789597/do1-2016-12-22-instrucao-normativa-n-2-de-20-de-dezembro-de-2016--24789506](#). Acesso em: 28 de agosto de 2019.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **2a Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil (CNPDC)**. Proteção e Defesa Civil: Novos Paradigmas para o Sistema Nacional. Brasília, 2014.

_____. **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil**. Lei 12.608 de 10 de abril de 2012. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2012.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. São Paulo: Papel Social, 2013.

CFESS. Código de ética profissional do assistente social – 1993. In: BONETTI, Dilséa Adeodata; et. al. **Serviço Social e ética**: um convite à nova práxis. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 126-144, mar. 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LAVELL, Allan. **Desastres y desarrollo**: hacia un entendimiento de las formas de construcción social de un desastre: el caso del Huracán Mitch en Centroamérica. San José, Costa Rica: BID, CIDHS, 2000.

LOPES, Daniela Cunha, et al. **Construindo Comunidades Mais Seguras**: preparando para ação cidadã em defesa civil. Florianópolis: UFSC; CEPED. 2009.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, F. **A questão do Estado**: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1. Brasília: CNAS, out. 1995. (Cadernos ABONG).

SILVA, Maria Guimarães. Processo de trabalho e Serviço Social. **Interações**: Cultura e Comunidade (Faculdade Católica de Uberlândia. Impresso), v. 2, p. 35-47, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

WIEDEMANN, P.M. Introduction risk perception and risk communication. Jülich: Programme Group Humans; Environment, Technology (MUT), Research Centre Jülich; 1993.